

A RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL REPUBLICANO:

lutas e disputas políticas a partir das contribuições de
Domenico Losurdo

Rubens de Andrade Quirino

RESUMO:

A democracia é um conceito que foi e continua sendo utilizado pelos diversos espectros políticos a fim de justificar as suas pautas. Porém, é notório na história do Brasil republicano a utilização de processos autoritários para se conquistar o poder, em sua maioria calcado em justificativas imaginárias, como o anticomunismo, construindo uma narrativa fantasiosa a fim de legitimar-se. O objetivo é refletir acerca do que seria essa democracia do século XXI formulada ainda durante o século XX, em sua essência burguesa e desumana. Segue uma abordagem qualitativa através dos principais autores: Losurdo (2020) e Motta (2020). Como resultados iniciais, é possível observar duas orientações: a primeira é a política da caracterização do outro, a segunda é o entendimento da democracia enquanto instrumento do sistema socio metabólico do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Brasil Republicano, Autoritarismo, Capitalismo.

RECONSTRUCTION OF DEMOCRACY IN REPUBLICAN BRAZIL: struggles
and political disputes based on the contributions of Domenico Losurdo

ABSTRACT:

Democracy is a concept that has been and continues to be utilized by various political spectrums to justify their agendas. However, throughout the history of republican Brazil, it is evident that authoritarian processes have been employed to seize power, often based on imaginary justifications, such as anti-communism, constructing a fictional narrative to legitimize themselves. The aim is to reflect on what this 21st-century democracy, shaped during the 20th century, represents in its bourgeois and dehumanizing essence. A qualitative approach is adopted through the works of key authors: Losurdo (2020) and Motta (2020). As initial findings, two orientations can be observed: the first is the politics of characterizing the "other," and the second is the understanding of democracy as an instrument of the socio-metabolic system of capital.

KEYWORDS: Democracy, Republican Brazil, Authoritarianism, Capitalism.

Introdução

O século XX foi o período em que movimentos autoritários e ideologias extremistas conquistaram espaço na escala mundial. O mundo experienciou a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a ascensão do Nazifascismo nas décadas de 1920-1930, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e categorias como o Neocolonialismo e o Imperialismo, este último atuando de forma mais incisiva na manutenção da hegemonia do capital internacional.

O termo imperialismo deve ser trabalhado de forma um pouco mais elaborada, tendo em vista que é um conceito chave para a compreensão dos embates globais em torno das disputas pela hegemonia capitalista, e assim a construção da narrativa de uma exportação de democracia. O presente trabalho assume a perspectiva do intelectual e líder da Revolução Russa (1917) Lênin (1975, p. 129-130) ao entender o imperialismo como um regime superior do capitalismo, “Numa frase, “o imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo.”

Dessa forma, pode-se compreender que o Imperialismo é uma categoria que se alimenta das contradições dos próprios estágios do desenvolvimento do capital, tendo em vista que sai de um estágio concorrencial para o monopolista. A atuação se fez, historicamente, através da exportação de capital, através do domínio de um país sob outros.

Nesse contexto, com processos autoritários e movimentos de ordem colonial e expansionista, a democracia foi um instrumento pelo qual, de forma fabulada, o capitalismo conseguiu legitimar esses períodos e principalmente normalizar a escalada da barbárie humana.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Assim sendo, a perspectiva que a obra “*Colonialismo e luta anticolonial*” do filósofo italiano Domênico Losurdo (2020) traz, contribui grandiosamente para se pensar não só as categorias colonialismo, neocolonialismo e Imperialismo, mas também para a compreensão da conjuntura em que a democracia esteve disputada no cenário pós “queda” do campo socialista a partir da década de 1990.

A ideia de uma “revolução” democrática pós-comunismo se mostrou equivocada, tendo em vista as investidas da hegemonia capitalista nos países de Terceiro Mundo e conflitos ideopolíticos entre potências. Esse fato se dá pela configuração de uma democracia burguesa, ou como Losurdo (2020) conceitua, fabulada. Ainda sobre a perspectiva da superação dessa realidade material, o filósofo aponta o encaminhamento de três discriminações que precisam ser superadas para de fato se desenhar uma democracia real: a de gênero e sexo, censitária e de raça.

Este trabalho busca relacionar, também a partir das contribuições do italiano Domenico Losurdo (2020), os processos autoritários durante o Brasil republicano (pós-revolução de outubro de 1917) e a fragilidade da democracia burguesa no meio social, pelo qual se legitimou tais movimentos autoritários utilizando categorias como o “anticomunismo”. Para tal análise, utiliza-se as contribuições do historiador brasileiro Rodrigo Patto Sá Motta (2020), no qual realiza um estudo aprofundado sobre as ondas anticomunistas no Brasil, evidenciando “a importância do fenômeno anticomunista para a compreensão da história do século XX” (p.16) e os movimentos autoritários entre (1917-1964), em sua obra “*Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*”.

A democracia burguesa em flagelos: lógica do capital na análise da obra “colonialismo e luta anticolonial” de Domenico Losurdo

A história da democracia Ocidental é repleta de narrativas e ações contraditórias em sua essência. Recorrendo ao filósofo italiano Domênico Losurdo (2020), a quem se faz referência central nesse momento, as mutações do quadro

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

histórico e geopolítico que se tem no século XXI no Ocidente se deu, em grande medida, pela configuração dos acontecidos entre 1989-1991: a “queda” do campo socialista. Losurdo (p. 27) aponta esse período marcando a entrada “ao século XXI”, justamente pela ideia de que a partir da queda do inimigo comum de todos – o malvado comunismo – o mundo agora estaria sob uma Democracia aos moldes da “revolução democrática pós-comunismo”.

Esse ideário se deu de forma redondamente equivocada, tendo em vista o cenário catastrófico, ou melhor, terrorista, com que as categorias do neocolonialismo e imperialismo passaram a agir sob os países do globo. Como aponta Losurdo (2020):

[no mundo, continuou] a recolonização do Terceiro Mundo e dos Bálcãs. Duas das guerras coloniais das quais falamos ainda estão em pleno desenrolar. O Iraque continua sendo martirizado sem piedade. [...] Depois da queda do “socialismo real” em um mundo unificado sob a hegemonia dos Estados Unidos, o embargo constitui, precisamente, a arma de destruição em massa por excelência. Os Estados Unidos estão decididos a usar essa arma também contra o povo sérvio. (Losurdo, 2020, p. 27)

Após a queda do “mundo socialista”, pelo contrário do que se imaginava, as investidas e a essência desumana do mundo burguês imperialista se fizeram de forma continuada. Losurdo (2020) aponta alguns casos que evidenciam essa tese, tais como a Guerra do Iraque, os conflitos e a agressão militar sob a Iugoslávia – apesar da instituição da Organização das Nações Unidas (ONU) – com milhares de baixas, e o caso da invasão no Panamá em fins da década de 1980 e início da 1990. Todos esses casos citados têm uma característica em comum: o colonialismo e a manutenção da hegemonia estadunidense, agindo como instrumento do capital na lógica imperialista.

O estudo que o professor especialista em estudos Latino-Americanos Rampinelli (2001) fez, sobre a obra *“Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio”* do sociólogo americano J. Petras, aponta a força política, econômica e militar que os

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Estados Unidos conseguiram através da expansão do seu Império. Primeiramente foquemos na questão militar, no qual:

O bombardeio da Iugoslávia pela OTAN/EUA, os ataques aéreos ao Iraque, o lançamento de mísseis contra a Somália e o Afeganistão, a ampliação do grupo de membros da OTAN para incluir países que limitam com a Rússia, a incorporação na OTAN de 23 novos integrantes como associados na paz, a incontestada hegemonia dos EUA sobre a Europa Ocidental, exercida mediante a OTAN, são sinais de crescente militarização e exercício unilateral do poder de polícia mundial pelos EUA. Este poder imperial ressurgente está intimamente relacionado com o formidável crescimento do domínio econômico norte-americano nos anos 90. (Petras, p. 15)

A unilateralidade político/militar estadunidense é um fato incontestável, pelo menos a partir da década de 1990. As ações terroristas continuam durante todo o século XXI, seja com embargos sob países de ordem alternativa ao campo da soberania do império capitalista ocidental, como Cuba e Venezuela, até a ação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no qual representa, em certa medida, uma organização de repressão violenta contra a soberania popular de países historicamente marcados pela luta anticolonial, anticapitalista e anti-imperialista. O caso do conflito Rússia-Ucrânia, que presenciou uma intervenção recente a partir de 2022, é um exemplo que evidencia a força dos aliados da OTAN e da possibilidade desta aliança formar países que tenham forças materiais e lutem sob a perspectiva da extrema violência contra os oprimidos.

Essa violência já é comum, como aponta Losurdo (2020), pois o sionismo é um movimento que é marcado em sua essência pelo colonialismo: “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Essa ideia é clássica na usurpação do território de um povo que é entendido enquanto inferior e sub-humano. Além disso, “o sionismo toma de empréstimo da tradição colonial as práticas de discriminação e opressão” (p. 33).

Nesse sentido, podemos concluir que, além de uma influência militar, a hegemonia estadunidense se faz também através da economia. É possível recorrer

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

ao período posterior à Primeira grande guerra (1914-1918), em que houve uma expansão de linhas de créditos com o objetivo de financiar a reconstrução de países da Europa. O programa oficialmente intitulado como “*European Recovery Program*” (Programa de Recuperação Europeia), em 1947, instituiu subsídios e linhas de créditos. Foram bilhões investidos, obviamente que não pela bondade, mas sim pela manutenção da influência hegemônica dos Estados Unidos enquanto “paladinos” da boa ordem e da reconstrução econômica da Europa. Portanto, as instituições econômico-financeiras do capital estadunidense tiveram uma alta durante o período de conflitos, característica elementar de uma potência fascista e sobretudo colonial.

A partir desse levantamento histórico do século XX e XXI, pode-se perceber como o conceito de Democracia foi sendo ressignificado e reconstruído pelo Ocidente, não com o intuito de demonstrar valor nas participações populares e valorização da soberania Nacional dos países – incluindo o Terceiro Mundo –, mas sim de legitimar uma série de intervenções terroristas e neocoloniais, que incidem não só em uma expansão territorial, mas também na expropriação de corpos, línguas, culturas e humanidades, à exemplo do sionismo, da instituição OTAN e de práticas neocoloniais, como aponta Losurdo (2020).

Prosseguindo, é possível pensar que, ao final do século XX e início do XXI, ao contrário do que se imaginava, a democracia não estava se reconfigurando de forma positiva, mas estava em um campo de disputa política entre partidos, personalidades e nações. No Ocidente, logo se construiu a narrativa sobre a democracia frente ao combate do inimigo número “um” da civilidade: o comunismo.

“no início do século XX, uma moça fascinante e virtuosa (a senhorita Democracia) é agredida, primeiro por um bruto (o senhor Comunismo) e depois por outro (o senhor Nazifascismo). Aproveitando também os contrastes entre os dois e por meio de complexos eventos, a moça consegue enfim libertar-se da terrível ameaça. A senhorita Democracia pode agora coroar o seu sonho de amor mediante o casamento com o senhor Capitalismo;” (Losurdo, p.143)

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

A lógica por detrás desta ideia é demonstrar que existe uma nação firme e eficiente no combate destes movimentos que desestabilizam a democracia burguesa, que ganham terreno pelo menos desde a Revolução de Outubro. De forma evidente, a Nação que mantinha a tutela da democracia seriam os Estados Unidos. Foi em nome dessa democracia que se deu a série de invasões já citadas no início deste trabalho, entre as mais conhecidas, estão a invasão ao Afeganistão em 2001, apoio militar e estratégico no golpe Empresarial-Militar do Brasil em 1964, invasão pela “libertação” do Iraque em 2003, entre 2014/2016 no golpe¹ da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, intervenção no Irã em 2020, entre tantas outras invasões e intervenções em nome da exportação da democracia liberal aos moldes estadunidenses.

Assim sendo, o leitor pode se questionar, como fazer para superar essa democracia liberal/burguesa? É possível dentro do sistema capitalista? Esses são questionamentos complexos e de respostas pouco objetivas. Nesse sentido, um dos encaminhamentos possíveis é a perspectiva que o próprio Losurdo (2020) elabora para a superação dessa frágil democracia, que seria a superação de três discriminações.

De acordo com Losurdo (2020, p. 144) “a democracia, até em seu significado mais elementar e imediato, implica a superação de três grandes discriminações (sexual ou de gênero, censitária e racial)”. É possível perceber que, em uma democracia, mesmo que aos moldes liberal, não é possível que se considere a exclusão de parte da sociedade das decisões e participações políticas, como foi o

¹ É possível compreender como golpe o processo de 2016, que destituiu a presidenta democraticamente eleita Dilma V. Rousseff para o seu segundo mandato, pois ficou evidente as articulações do Congresso Nacional, com as chamadas “pautas bombas”, o apoio da classe média e Empresarial, tendo em vista a baixa nas taxas de lucro e aumento de indicadores sociais, tais como a menor taxa de desemprego formal até 2014, estando abaixo de 5% e também pelo interesse estadunidense em corroer a defesa da Soberania Nacional e dos recursos naturais que se tinha durante os governos Dilma 1 e 2. De forma complementar, é indicado que o leitor conheça as obras do sociólogo Jessé Souza e a obra “O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo” de Tiago Bernardon.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

caso das “senhoras Pankhurst” na Inglaterra, sufragistas que tinham suas liberdades ceifadas pelo Estado periodicamente, e os casos da Itália e França, no qual as mulheres só conseguiram conquistar os direitos políticos após a Segunda Guerra Mundial.

Além desta primeira discriminação, Losurdo (2020) também explora as demais discriminações. A exclusão censitária, por meio do qual a população de estrato inferior (proletários em geral) tinham seus direitos políticos excluídos, como no caso da Grã-Bretanha, em que se configurava um tipo de Aristocracia de classes. Um ponto importante é pensar essa Aristocracia europeia enquanto uma “permanência”, ressaltando as suas rupturas com o Antigo Regime europeu, em que esse grupo também é entendido enquanto uma aristocracia de raça, de ex-proprietários de escravizados. Dessa forma, as relações sociais estão submetidas a um meio material que é em sua essência desigual.

Por fim, o autor se debruça sobre a discriminação racial, que não deve ser entendida enquanto menos importante, pelo contrário. Losurdo (2020, p. 147)) chama a atenção para a situação específica dos Estados Unidos, no qual “os povos de origem colonial eram ferozmente oprimidos: não gozavam nem de direitos políticos nem de direitos civis”. Os casos mais emblemáticos são os linchamentos em que os povos negros eram submetidos durante os séculos XIX e XX, corroborando com a ideia e a legitimação da ideologia de movimentos como os da supremacia branca, no qual realizavam o que Losurdo (2020) denomina enquanto um “regime de terror” (p.148). Para o filósofo, pode-se perceber que a Revolução de Outubro de 1917 se mostra enquanto um marco para os avanços reais da civilização, como as discussões sobre as explorações raciais, de gênero e de classe, compreendendo essa revolução enquanto um marco histórico e social.

Nesse sentido, podemos concluir que não é possível compreender e empreender o conceito de democracia real para uma sociedade que é regida e

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

estruturada sob essas lógicas de exclusão racial, censitária e sexual, pois esses elementos básicos de exploração perduram até o século XXI, só sendo possível a sua superação em uma outra ordem de sociabilidade, que não a ordem do capital, pois esse se alimenta destas explorações para o seu enriquecimento financeiro e político.

O inferno é o outro – processos autoritários no Brasil republicano

Pensando na lógica das discriminações apresentadas anteriormente, elaboradas pelo filósofo Losurdo (2020), pode-se refletir sobre os processos de disputas pelo poder e a utilização da categoria “democracia” por projetos distintos no Brasil republicano.

Motta (2020) aponta² a existência de projetos diversos em sua essência, como o liberalismo e o conservadorismo, direita e esquerda liberal, que apesar das divergências, estiveram em conformidade com uma categoria importante para a história política do Brasil no século XX e XXI: o anticomunismo. Tal categoria estabeleceu o seu inimigo comum, que seria o comunismo contra a democracia, contra a civilidade e o desenvolvimento socioeconômico e da ordem.

No Brasil, a partir da década de 1920/30, com o contexto da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Aliança Nacional Libertadora (ANL), do Levante comunista de 1935, e das tendências socialistas após a Revolução Russa de 1917, forças conservadoras se articularam para utilizar essa organização alternativa e consequentemente construir o “ar” de legalidade justificando golpes e movimentos fascistas.

² Todas as reflexões a respeito de Motta (2020) se referem a obra “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).

A escalada de um projeto autoritário³ no Brasil começou, de fato, a partir da década de 1930. De acordo com Melo (2020, p. 13) “O próprio Brasil assistiu o surgimento de um autêntico movimento fascista com o Integralismo em 1932, fundado por iniciativa do escritor modernista Plínio Salgado.” O integralismo representou no Brasil a ascensão do primeiro movimento fascista: mobilizou massas, de ordem nacionalista e de integração da sociedade, tinha aversão às políticas da esquerda assim como ao liberalismo econômico e corroboravam com os ideais de repressão aos movimentos sociais e dos trabalhadores.

Pode-se considerar o integralismo enquanto o fascismo brasileiro, porém, como aponta Gonçalves e Neto (2020, p. 13)⁴, o movimento surge com o grupo Sociedade de Estudos Políticos (SEP) enquanto um projeto intelectual, que visava sobretudo a questão da integração e principalmente a valorização dos elementos nacionais e conservadores. A partir da década de 1930, com o integralismo e com o levante comunista de 1935, foram utilizados como “uma arma importante da propaganda anticomunista, [fato que ficou cunhado naquele período] a expressão “lembrai-vos de 35”” (Motta, 2020, p. 110).

Lembrar de 1935 é um pedido para que se memorize quem seria o inimigo do Brasil. A política da caracterização do outro, nesse momento, se faz valiosa, em que o outro seria o autoritário, incivilizado, bárbaro. Quando se caracteriza o outro enquanto o diferente e inferior, facilita no processo de justificativa e legitimidade da barbárie, foi o que aconteceu no Brasil em 1937 com a implantação de uma ditadura e foi o que aconteceu entre 1961-1964, utilizando da mesma justificativa.

No período de 1935-1937, a partir do que se chamou pejorativamente de “intentona” comunista de 1935, criou-se a narrativa, através do Plano Cohen, para

³ É possível pensar no projeto dos partidos republicanos ainda no contexto da Primeira República (1889-1930), porém, falo a respeito de um projeto mais articulado, com grupos de formação e pesquisa, entre outros pontos que fazem com que a década de 1930 seja o início real dessa escalada, o que não impede de reconhecer que os primórdios se encontram nas décadas anteriores.

⁴ A obra utilizada é intitulada “O Fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo”.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

mostrar a necessidade de se instaurar um Estado de Guerra no Brasil contra os comunistas. “Em 27 de setembro de 37, num encontro da cúpula militar, foi introduzido na pauta de discussão o [Plano] Cohen que, de acordo com GOES MONTEIRO, seria um Plano de ação judaico-comunista” (Mezzaroba. 1992, p. 4). O plano foi forjado pelos militares e pelo Governo com passagens delirantes, fantasiosas, sobre a ação de comunistas. Dessa forma, com a categoria do “anticomunismo”, iniciou a ditadura do Estado Novo no Brasil (1937-1945).

O anticomunismo não se restringe, no Brasil, ao caso citado. Motta (2020) elabora o que seria a ideia de “ondas anticomunistas”, que são momentos em que a ação comunista representou um período de tensão material entre os movimentos anticomunistas, tais como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Movimento por um mundo cristão (MMC), Liga da Defesa Nacional (LDN), a cruzada brasileira anticomunista, entre outras.

Os dois grandes surtos anticomunistas foram durante a Era Vargas e no governo do presidente João Goulart, na primeira metade da década de 1960. Não que no espaço de tempo entre esses dois períodos o comunismo não fosse uma ameaça, mas esses recortes temporais em especial se configuram momentos de extremo perigo para a “segurança nacional”. (Sobreira, 2013, p. 14-15)

Assim sendo, esses dois momentos (1937 e 1964) podem ser entendidos como justificados pela “ameaça comunista” a fim de legitimar a barbárie. Um elemento que sustenta o projeto de todas as ondas anticomunistas no Brasil republicano, como aponta Motta (2020), é a matriz do nacionalismo. Não aquele nacionalismo que compreendia o Estado Nacional “como agente político e econômico e fiador da soberania brasileira diante do imperialismo das potências capitalistas.” (Motta, 2020, p.54), mas sim o nacionalismo de origem alemã, de “viés conservador [que] enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização contra as forças centrífugas da desordem.” (2020, p.55).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

A conjuntura que se tem, até então, é de que há uma defesa, partindo de diversos grupos políticos “todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores” (NAPOLITANO, 2014, p. 43-44), com o objetivo de defender as nações das garras do comunismo que estava tomando materialidade desde a revolução Russa (1917). Esse ideário se dá fortemente enquanto principal argumento para o golpe Empresarial-Militar de 1964.

O argumento anticomunista “ressurge” no Brasil de 1961-1964 tendo em vista também o contexto global, momento em que o contexto da Guerra Fria (1947-1989) expunha a força das alianças pelas lutas anticoloniais alternativas ao campo capitalista que a União Soviética estava empenhada. Um agente que corrobora com a ideia é a participação estadunidense no controle ideopolítico do Brasil.

De acordo com José Paulo Netto (2014), a política externa estadunidense da década de 1960 foi feita a partir do que chamou de *contrarrevolução preventiva*, agindo pela manutenção da sua hegemonia no globo, “E o fez combinando ações diplomáticas (chantagem e pressão econômicas), desestabilização de governos e patrocínio a golpes de Estados (tal como no Brasil em 1964)” (Netto, 2014, p.31).

A participação estadunidense no Brasil se deu, sobretudo, pela escalada da alternativa socialista durante os anos 1960. Toda a movimentação, desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961, até a posse de Jango, a narrativa que se construía era sobre o perigo do avanço do comunismo no Brasil, tendo em vista os projetos sociais reformistas de Jango. Dentre as intervenções dos EUA no Brasil, “criou-se a Escola Superior de Guerra/ESG, em 1949 — instituição que teria papel importante no golpe de 1964 e seus desdobramentos.” (Netto, 2014, p. 32). Faz-se importante perceber que durante toda a articulação, a legitimidade do golpe se dava pela “luta democrática do Brasil sem comunismo”.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Dessa forma, pode-se perceber as duas “ondas anticomunistas” de Motta (2020) no Brasil republicano e a justificativa da utilização de tal termo: a presença do anticomunismo enquanto elemento comum em ambos os processos. Ainda sobre tais “ondas”, é possível pensar o Brasil no século XXI, o processo de “*golpeachment*”⁵ entre 2013-2016 como uma nova onda anticomunista, tendo em vista que esses mesmos grupos que pediam pela intervenção no governo da Presidenta Dilma Vana Rousseff faziam:

A defesa desavergonhada da ditadura e da tortura [...] acompanhada da recusa do reconhecimento de que o golpe de 1964 foi, de fato, um golpe. No entender desses grupos extremistas, em 1964 houve uma “revolução” que livrou o país do comunismo; agora, caberia uma “intervenção constitucional” das Forças Armadas, baseada em uma interpretação bastante criativa do artigo 142 da Constituição Federal (De Oliveira, 2016 p. 5 do arquivo)

A defesa do caráter nacional, da família e principalmente do anticomunismo se apresentou de forma escancarada durante o processo de *impeachment*: “Perderam em 64, perderam agora em 2016. [...] contra o comunismo, pela nossa liberdade [...]. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim” – Bolsonaro em 2016 durante o discurso pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Dessa forma, a democracia se mostra mais uma vez fabulada, é utilizada para que se justifique e legitime movimentos ou regimes fascistas (como bem diferenciou e pontuou Boito Jr, 2019)⁶, autoritários, de torturas e contra os direitos sociais e políticos da classe proletária. Por fim, é importante que se pontue com firmeza que:

A defesa da democracia deve ser feita às claras, isto é, deixando claro que ela é o melhor campo no interior do qual os trabalhadores podem levar a sua luta até o fim. Mas, também deve ser deixado bem claro que esse fim

⁵ Termo elaborado pelo sociólogo brasileiro Jessé Souza 2019.

⁶ O cientista político Amando Boito Jr. Realiza a reflexão a respeito da possibilidade de existir um movimento autoritário e fascista/neofascista, mesmo não estando institucionalizado (como no caso do governo Bolsonaro 2018-2022).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

significa a superação da própria democracia e a construção da forma mais elevada da convivência e da liberdade humanas, a sociabilidade comunista. (Tonet. 2017, p. 4)

A democracia liberal se mostra enquanto um campo de disputas por toda a diversidade de interesses, entre eles pela manutenção da hegemonia burguesa, mas também pelas conquistas com um denso limite material pela classe proletária. É por meio dessas disputas no seio do sistema que se pode corroer a estrutura de contradições que determinam as relações de desigualdades socioeconômicas, construindo assim uma nova sociabilidade alternativa à ordem do capital.

Considerações finais

Dessa forma, entende-se que a ideia de “revolução democrática” pós mundo socialista, na verdade, é a instituição de uma democracia fabulada que é formulada já desde o século XX. Experiências autoritárias, por meio do Imperialismo, Neocolonialismo e movimentos racistas utilizam da política de caracterização do outro como quesito principal para a legitimação das ações terroristas e pela ordem hegemônica do capital.

Além disso, voltando a análise para o Brasil, é possível observar essa caracterização de forma explícita, desde o levante comunista de 1935, passando pelo golpe Empresarial-Militar de 1964 e pelo *golpeachment* da presidenta Dilma Vana Rousseff, caracterizando o que o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2020) entende enquanto “ondas anticomunistas”.

Por fim, compreendemos que a Democracia real só é possível de ser alcançada com um processo de superação das três discriminações que o filósofo italiano Domenico Losurdo aponta: de sexo ou gênero, censitária e racial. Tais discriminações só podem ser superadas a partir de uma nova sociabilidade, tendo em vista que a estrutura é determinada pelo capital, estando essas discriminações intrínsecas ao desenvolvimento do sistema. Porém, é importante pontuar que é no

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

meio da democracia liberal que conquistas básicas da classe trabalhadora são alcançadas. Faz-se necessário pensar que a democracia liberal é o meio, não o fim.

REFERÊNCIAS

- BOITO JR, Armando. O neofascismo no Brasil. **Boletim Ileri**, v. 1, p. 1-11. 2019.
- _____, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.
- DE OLIVEIRA, Tiago Bernardon. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. **Historiæ**, v. 7, n. 2, p. 191-232, 2016.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo / Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- LOSURDO, Domenico. Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI. Boitempo Editorial, 2020.
- MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. **Neo) fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, p. 12-46, 2020.
- MEZZAROBÀ, Orides. Produção Discente: Plano COHEN: a consolidação do anticomunismo no Brasil. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, p. 92-101, 1992.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964) / Rodrigo Patto Sá Motta. - 2. ed. - **Niterói**: Eduff, 2020. - 334p. : il; 23cm.
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro / Marcos Napolitano. - 1. ed., 7ª reimpressão. - **São Paulo**: Contexto, 2019.
- NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira [livro eletrônico]: (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.
- RAMPINELLI, Waldir. Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio-Globalização: o novo nome do imperialismo. **Lutas Sociais**, n. 7, p. 149-150, 2001.
- SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. O Anticomunismo no *A IMPRENSA*: Igreja Católica e golpe Civil-Militar na Paraíba (1962-1964). João Pessoa, 2013.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

TONET, Ivo. O fim da democracia burguesa. Revista Novos Rumos, v. 55, n. 2, 2017.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Revista Espacialidades [online]. 2025, v. 1, n. 1, ISSN 1984-817X

[613]